

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Após realizadas as análises de indicadores e performedo o teste de recuperabilidade, utilizando as fontes internas e externas de informação previstas no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia procedeu com o registro da reversão em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$11.191, detalhados por classe de ativos na nota 12.1 - Composição do Imobilizado, em contrapartida de Gastos operacionais. Em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia efetuou a análise da situação patrimonial e financeira e concluiu que o valor registrado de ativos não financeiros no exercício, considerando o acima exposto, é recuperável, não tendo constituído valor adicional ou reversão.

2.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o International Accounting Standards Board (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

2.8 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes; (ii) Aditamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17 (2020)</i> e <i>Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information (2021)</i> .	IAS 36/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS 11/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 22: CPC 15 (R1), CPC 27, CPC 20 (R1) e CPC 41	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência da revogação do CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.	IAS 7/ IAS 16/ IAS 23/ IAS 33	Pronunciamento	04/08/2023
OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros para Fins Gerais	As alterações trazem apenas ajustes de redação e de referências em razão de atualizações ocorridas em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC que têm conformidade com as normas emitidas pelo IASB, não contemplando qualquer alteração de mérito na norma original.	N/A	Orientação	04/08/2023
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32, CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.	IAS 7/ IAS 12/ IFRS 7	Pronunciamento	01/12/2023
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante, Passivos Não Circulantes com Covenants e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento (<i>sale and leaseback</i>).	IAS 1/ IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2024
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças de taxa de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio a vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025

2.9 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	IFRS 10 / IAS 28	Pronunciamento	Indeterminado

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Evento significativo no exercício

5.1 REN nº 1.063 de 10 de maio de 2023

Em 10 de maio de 2023 foi publicada a REN nº 1.063, alterando a REN nº 846, de 11 de junho de 2019, com vistas a estabelecer procedimentos e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia associados à segurança de barragens de usinas hidrelétricas fiscalizadas pela ANEEL, de acordo com o que determina a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010. A Companhia está cumprindo as exigências estabelecidas quanto a segurança de barragens, caso a Companhia não atenda, poderá sofrer penalidades que podem chegar a 2% da sua receita.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	5.186	1.658
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	200.913	117.738
Total	206.099	119.396

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. As aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam entre 100,00% e 103,25% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 25.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

5 Títulos e valores mobiliários

O valor de R\$50.262, referia-se a aplicação em Nota do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B), título público indexado à inflação medida pelo IPCA. O prazo de vencimento do título foi em maio de 2023 e apresentou rentabilidade de IPCA+8,12%. O objetivo da aplicação era a proteção parcial das flutuações nos pagamentos dos juros da dívida indexada ao IPCA. O valor foi totalmente resgatado no seu vencimento.

6 Concessionárias

	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias		
Suprimento de energia elétrica	20,1	62.378
Energia de curto prazo		51.291
		1.138
	62.378	52.429

10 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, são apresentados como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Resultado		
				Circulante	31/12/2022	Circulante	31/12/2022	Não circulante	31/12/2022	Operacional
Concessionárias (Nota 6)										
Suprimento de energia elétrica										
EDP Trading	Controle Comum		01/05/2018 a 31/12/2038	4.189	1.782				49.092	43.797
CTG Brasil Comercializadora	Controle Comum	165,27	01/05/2018 a 31/12/2038	4.189	4.355				42.945	43.797
EDP Espírito Santo	Controle Comum	142,03	01/05/2018 a 31/12/2047	208	213				1.797	1.698
Furnas Centrais Elétricas	Controladora em conjunto	165,27	01/05/2018 a 31/12/2038	4.218	3.290				42.945	43.797
				12.804	9.640				136.779	133.089
Fornecedores (Nota 14)										
Suprimento de energia elétrica										
EDP Trading	Controle Comum		01/09/2023 a 31/12/2023			1.045			(9.579)	
Encargos de uso da rede básica										
Furnas Centrais Elétricas	Controladora em conjunto		09/11/2017 a 10/04/2049	1.045	1.155				(18.508)	(14.840)
Mata Grande Transmissora	Controle Comum		05/01/2017 a 30/04/2049	2	3				(29)	(13)
EDP Transmissão Aliança	Controle Comum		01/07/2021 a 30/04/2049	76	83				(722)	(647)
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle Comum		01/07/2021 a 30/04/2049	7	8				(86)	(54)
EDP Transmissão SP-MG	Controle Comum		05/01/2017 a 30/04/2049	81	101				(832)	(686)
EDP Goiás	Controle Comum		05/01/2017 a 30/04/2049	41	46				(448)	(375)
Contrato de prestação de serviços (a)										
EDP Goiás	Controle Comum		01/06/2022 a 28/10/2024		51		340		(597)	(340)
EDP Trading	Controle Comum		28/10/2019 a 27/10/2024			2.348	1.736			(243)
									(30.801)	(17.198)
Outras contas a pagar (Nota 11)										
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de Backoffice e Serviços de Infraestrutura (b)										
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		01/05/2018 a 31/12/2027					113	103	(1.298)
								113	103	(1.298)
								113	103	(1.298)
Total				12.804	9.640	2.348	1.736		103	103
									104.680	115.891

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As fianças recebidas de acionistas estão descritas nas notas 15.1, 16.1 e 27.2.

(a) **Contrato de prestação de serviços:** O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Trading. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O contrato foi firmado pelo período de 60 meses contados a partir de 28 de outubro de 2019 com término em 27 de outubro de 2024. O valor total dos serviços contratado é de R\$2.565, a ser pago em parcelas mensais de R\$43, atualizado anualmente pelo IPCA. Posteriormente, por meio do Despacho nº 3.588/2022, a ANEEL aprovou a celebração desse contrato com a EDP Goiás assumindo o lugar da EDP Trading como prestadora do serviço, com vigência até 28 de outubro de 2024.

(b) **Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de Backoffice e Serviços de Infraestrutura:** O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos, serviços, materiais e outros gastos associados ao provimento das atividades compartilhadas entre a Companhia e a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil. O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente.

10.1 Controle conjunto

A Companhia possui controle compartilhado entre: (i) EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.; (ii) China Three Gorges Brasil Energia Ltda., sendo esta controlada pela China Three Gorges Corporation; e (iii) Furnas Centrais Elétricas S.A., sendo esta controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) (Nota 19.1).

10.2 Remuneração dos administradores

	2023			2022		
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Remuneração (a)	155	89	244	142	89	231
Total	155	89	244	142	89	231

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

11 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Outros créditos - Ativo					
Serviços em curso			66		
Despesas pagas antecipadamente	11.1	459	5.885		
Outros	11.2	230	73		
Total		689	6.024	-	-
Outras contas a pagar - Passivo					
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10			113	103
Folha de pagamento		193	200		
Obrigações sociais e trabalhistas		1.806	1.745		
Encargos Setoriais	11.3	2.238	3.996	3.007	1.490
Arrendamentos e alugueis		14	26		12
Outros		10			
Total		4.261	5.967	3.120	1.605
11.1 Despesas pagas antecipadamente					
Variação rubricada no exercício refere-se, principalmente, às amortizações mensais dos prêmios de seguros de responsabilidade civil e incêndio.					
11.2 Outros					
Aumento na rubrica de gastos com recursos humanos, serviços, materiais e outros gastos associados ao provimento das atividades compartilhadas entre a Companhia e a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil.					
11.3 Encargos Setoriais					
As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:					
	Nota	Saldo em 31/12/2022	Adição	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2023
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	11.3.1	2.983	4.480	192	(4.080)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)		2.304	16.396	(17.251)	1.449
Outros encargos		199	2.654	(2.632)	221
Total		5.486	23.530	192	(23.963)
Circulante		3.996			2.238
Não circulante		1.490			3.007

11.3.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Refere-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Os recebimentos das vendas de energia relacionadas a contratos bilaterais ocorre, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo (ACL), são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que se mostram materiais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 25.2.5.

7 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

Ativos compensáveis	Nota	Saldo em 31/12/2022		Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transfê-rencia	Saldo em 31/12/2023
		Adição	Baixas					
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7.1	16.003	-	2.261	148	-	5.324	23.736
Total Circulante		16.003	-	2.261	148	-	5.324	23.736
Outros tributos compensáveis	7.2	34.411	27.616	-	-	-	(42.340)	19.687
PIS e COFINS		4.579	4.667				(4.737)	4.509
IRRF sobre aplicações financeiras		639		(14)	8	(38)	(587)	8
Outros							(47.664)	24.204
Total Circulante		39.629	32.283	(14)	8	-	(38)	(47.664)
Passivos a recolher								
Outros tributos a recolher					(1.063)			98
ICMS		211	950					190
PIS e COFINS	7.2	-	42.340				(42.340)	-
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		161	2.040	4	(1.977)	(38)		19
Encargos com pessoal		246	3.143		(3.060)			329
Outros		2						2
Total Circulante		618	48.475	4	(6.100)	(38)	(42.340)	619

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia liquide ou compense o tributo em um único

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	31/12/2023			31/12/2022		
	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada
Ativos de direito de uso						
Edificações, obras civis e benfeitorias	24,90	139	(129)	24,90	139	(109)
Total Ativos de direito de uso		139	(129)		139	(109)
Imobilizado em curso						
Geração		45.310			26.669	
Administração		374			301	
Total do imobilizado em curso		45.684			26.970	
Total imobilizado		3.954.931	(349.045)		3.929.122	(349.045)

12.2 Movimentação do imobilizado

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos (Nota 12.2.1)	Transf. para imobilizado em serviço	Reclas-sificação
Imobilizado em serviço				
Terrenos	33.837		380	(1.476)
Reservatórios, barragens e adutoras	912.837		5.612	(35.676)
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.029.346		337	(39.265)
Máquinas e equipamentos	1.001.527		753	(40.341)
Veículos	1.308			(388)
Móveis e utensílios	2.982		13	(229)
Total do imobilizado em serviço	2.981.837		7.095	(117.375)
Ativos de direito de uso				
Edificações, obras civis e benfeitorias	30			(20)
Total Ativos de direito de uso	30			(20)
Imobilizado em curso				
Máquinas e equipamentos	9.641	23.204	(753)	(591)
Outros	17.329	3.822	(6.342)	(30)
Total do imobilizado em curso	26.970	27.026	(7.095)	(621)
Total do imobilizado	3.008.837	27.026		(117.395)

12.2.1 Ingressos

Os Ingressos referem-se: (i) Reforma das comportas de emergência das usinas geradoras - UGs; (ii) Gastos com reformas de estrutura civil para adequação à nova lei de segurança de barragens (Nota 3.1); e (iii) Aquisição de transformadores de corrente e radiadores para o gerador.

13 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

13.1 Composição do intangível

	31/12/2023			31/12/2022		
	Taxa média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Taxa média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada
Intangível em serviço						
Geração						
Software	18,59	410	(262)	14,8	358	(185)
Direito de concessão - Licenças ambientais	25,73	80.632	(74.067)	25,00	80.087	(69.854)
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,18	47.220	(9.095)	3,18	47.220	(7.594)
Direito de concessão - GSF	3,47	16.220	(1.580)	3,47	16.220	(1.017)
Administração						
Software	20,00	954	(543)	20,00	761	(417)
Total do intangível em serviço	145.436	(85.547)	59.889	144.646	(79.067)	65.579

15 Debêntures

15.1 Composição do saldo de Debêntures

	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2023			31/12/2022					
										Encargos	Princípio	Não circulante	Encargos	Princípio	Não circulante			
Agente fiduciário																		
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	340.000	1	340.000	4ª emissão em 15/08/2018	15/08/2018 a 15/06/2033	Investimento / Gastos na UHE São Manoel	IPCA + 7,3129%	Principal e juros semestrais	Garantias Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	
											3.781	21.521	279.999	305.301	2.697	27.167	275.112	304.976
(-) Custos de emissão				(23.191)		15/08/2018 a 15/06/2033			Amortização mensal		(1.875)	(8.348)	(10.223)		(1.968)	(10.223)	(12.191)	
Total											3.781	19.646	271.651	295.078	2.697	25.199	264.889	292.785

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade de financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

O valor total referente às garantias das debêntures mencionadas acima, em 31 de dezembro de 2023, é de R\$305.301 (R\$304.976 em 31 de dezembro de 2022).

15.2 Movimentação das debêntures

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor líquido em 31/12/2022	Pagamentos	Juros provisionados	Transfe-rência
Circulante				
Principal	27.167	(13.698)		(4.887)
Juros	2.697	(22.110)	23.194	
Custo de transação	(1.968)			(1.875)
Total	27.896	(35.808)	23.194	(6.762)
Não circulante				
Principal	275.112			4.887
Custo de transação	(10.223)			1.875
Total	264.889			6.762

15.3 Vencimento das parcelas

	31/12/2023			31/12/2022		
	Encargos	Princípio	Não circulante	Encargos	Princípio	Não circulante
Circulante						
2024						23.427
Total						23.427
Não Circulante						
2025						38.444
2026						41.735
2027						42.781
2028						39.295
2029						28.810
2030 até 2033						80.586
Total						271.651

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 160/22, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas pode ser consultada no prospecto ou na escritura da emissão:

16 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

16.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2023			31/12/2022					
									Encargos	Princípio	Não circulante	Encargos	Princípio	Não circulante			
Moeda nacional																	
BNDDES FINEM	1.314.000	11/08/2016	1.319.951	15/12/2038 e SUB C 11/08/2016 até 15/12/2025	Implementação do projeto de construção da UHE São Manoel	a. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20 durante período de amortização, apurado anualmente em 31 de dezembro, a ser entregue junto com as demonstrações de resultado, até o 1º dia útil de maio. b. Índice de Capital Próprio: Patrimônio líquido sobre Ativo total igual ou superior a 20%, apurado anualmente em 31 de dezembro, a ser entregue junto com as demonstrações de resultado, até o 1º dia útil de maio.	SUB A e B - TJLP + 2,88% e SUB C - TJLP	Principal e Juros mensais a partir de 15/01/2019 e 15/01/2020	Garantias Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	
										7.919	70.178	1.522.045	1.600.142	8.384	64.143	1.562.482	1.635.009
(-) BNDDES FINEM - Custos de Transação			(28.136)	11/08/2016 a 15/12/2038				Amortização mensal			(1.724)	(11.745)	(13.469)		(1.841)	(13.469)	(15.310)
Total										7.919	68.454	1.510.300	1.586.673	8.384	62.302	1.549.013	1.619.699

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 as mesmas encontram-se em conformidade nos respectivos contratos de empréstimos e financiamentos.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade de financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

O valor total referente às garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima, em 31 de dezembro de 2023, é de R\$1.600.142 (R\$1.635.009 em 31 de dezembro de 2022).

16.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor líquido em 31/12/2022	Pagamentos	Juros provisionados	Transfe-rência
Circulante				
Principal	64.143	(51.747)		57.192
Juros	8.384	(137.928)	137.463	
Custo de transação	(1.841)			(1.724)
Total	70.686	(189.675)	137.463	55.468
Não circulante				
Principal	1.562.482			(57.192)
Custo de transação	(13.469)			1.724
Total	1.549.013			(55.468)

16.3 Vencimento das parcelas

	31/12/2023			31/12/2022		
	Encargos	Princípio	Não circulante	Encargos	Princípio	Não circulante
Circulante						
2024						76.373
Total						76.373
Não Circulante						
2025						61.444
2026						65.054
2027						69.584
2028						75.698
2029 até 2033						489.511
2034 até 2038						749.009
Total						1.510.300

17 Uso do bem público - UBP

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O reconhecimento inicial da obrigação até o término do contrato de concessão foi capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 13) e realizado no momento da obtenção da Licença de Instalação - LI, ou seja em 14 de agosto de 2014, uma vez que LI representa o marco necessário para atendimento das condições de viabilidade do negócio.

A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa de 7% a.a., que representa a taxa de captação de recursos para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Saldo em 31/12/2022	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2023
Circulante				
Uso do bem público	4.579	(8)	54	4.916
Total	4.579	(8)	54	4.916
Não circulante				
Uso do bem público	54.393	1.004	5.552	56.033
Total	54.393	1.004	5.552	56.033

18 Provisões

	Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	18.1	4.440	18.699	4.281
Licenças ambientais	18.2	4.440	18.699	4.281
Total		8.880	37.398	8.562

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas.

	31/12/2023			31/12/2022		
	Taxa média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Taxa média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada
Intangível em curso						
Administração		591			352	
Total do intangível em curso		591			352	
Total do intangível		146.027	(85.547)		144.998	(79.067)

13.2 Movimentação do intangível

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos	Transf. para intangível em serviço	Reclas-sificação
Intangível em serviço				
Software	517		245	(203)
Direito de concessão - Licenças ambientais	10.233		544	(4.212)
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	39.626			(1.501)
Direito de concessão - GSF	15.203			(563)
Total do intangível em serviço	65.579		789	(6.479)
Intangível em curso				
Outros intangíveis em curso	352	432		(789)

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A LO foi válida até 8 de setembro de 2021. A Companhia providenciou processo de renovação da LO, dentro do prazo estipulado e, atualmente, aguarda manifestação do IBAMA, portanto, até esta manifestação, a LO é considerada válida.

A Companhia consultou seus assessores jurídicos que avaliaram que as medidas de natureza continuada previstas na licença sob prorrogação automática possuem validade prorrogada e que a legislação prevê prazos mínimos e máximo para a vigência da LO, portanto, a Companhia entende que é possível considerar, para fins de provisionamento, as obrigações continuadas pelo prazo de mais 4 anos, previsto na Resolução CONAMA 237/97. As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custos das barragens, e serão depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, foi reconhecida como ativo intangível e será amortizada pelo prazo que representa a vigência da licença. A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando a taxa de 7% a.a., que representava a taxa de captura de recursos para o início da construção do empreendimento na data do reconhecimento, compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Após a renovação da referida licença, a Administração da Companhia efetuou análises considerando o histórico de gastos ambientais, bem como as respectivas provisões e entendeu que não se faz necessária atualização da inflação e, portanto, a atualização monetária cessou no período. Os custos provisionados estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O total provisionado está representado pelos valores do meio físico e socioambiental destacando os montantes de R\$7.500 relacionados as obras sociais e de infraestrutura, e R\$1.079 relacionados ao programa de gerenciamento ambiental.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável. Os custos associados à manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

	Saldo em 31/12/2022	Pagamentos	Atualização Monetária	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2023
Licenças ambientais						
Circulante	18.699	(23.832)	8	9.339	226	4.440
Não circulante	12.284		(109)	(9.339)	1.303	4.139
Total	30.983	(23.832)	(101)	-	1.529	8.579

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é de R\$2.409.974 e está representado por 2.409.975.002 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social subscrito é de R\$2.409.975, sendo o valor a integralizar, em ambos os exercícios, de R\$1. A composição do capital social em 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

Acionista	Percentual de participação	Ações ordinárias
EDP - Energias do Brasil S.A.	33,334%	803.341.068
China Three Gorges Brasil Energias Ltda.	33,333%	803.316.967
Furnas Centrais Elétricas S.A.	33,333%	803.316.967
Total	100,000%	2.409.975.002

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$2.410.342. Dentro deste limite, a Companhia poderá aumentar seu capital social mediante a deliberação do Conselho de Administração, que determinará as condições de emissão, incluindo o preço, prazo, forma da subscrição e integralização.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

20 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, elas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.
- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

	MWh		R\$	
	2023	2022	2023	2022
Suprimento de energia elétrica	20.1	3.410.821	3.324.421	495.174
Energia de curto prazo		124.484	105.850	14.550
Receita operacional bruta		3.535.305	3.430.315	509.724
(-) Deduções à receita operacional				
Tributos sobre a receita			(40.559)	(44.524)
PIS/COFINS			(40.559)	(44.524)
Encargos do consumidor				
P&D	11.3		(4.480)	(4.154)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH			(15.085)	(19.130)
Taxa de fiscalização			(2.654)	(2.392)
			-	(22.219)
			-	(62.778)
Receitas		3.535.305	3.430.315	446.946

20.1 Suprimento de energia elétrica

A variação no exercício é decorrente: (i) Aumento do volume de energia vendida comparada ao mesmo exercício do ano anterior; e (ii) Reajuste dos preços de contratos, pelo o IPCA de 4,6% no ano de 2023.

21 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados à operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração e outros serviços.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	2023					
	Nota	Custo do serviço		Despesas operacionais		Total
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	
Energia elétrica comprada para revenda	21.1	61.641				61.641
Encargos de uso da rede elétrica		98.374				98.374
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	21.2		8.060	3.334		11.394
Materiais			2.071	105.850		107.921
Matriz	21.3		11.860	8.548		20.408
Depreciação - Imobilizado em serviço			117.277			117.277
Depreciação - Ativos de direito de uso			20			20
Amortização			6.479			6.479
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	18.1.1				134	134
Arrendamentos e aluguéis			5			5
Outras		307		3.659		3.966
Total		160.322	145.772	16.191	134	322.419

	2022					
	Nota	Custo do serviço		Despesas operacionais		Total
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	
Energia elétrica comprada para revenda	21.1	66.611				66.611
Encargos de uso da rede elétrica		92.171				92.171
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	21.2		8.813	693		9.506
Materiais			2.120	85		2.205
Serviços de terceiros	21.3		12.576	1.358		13.934
Depreciação - Imobilizado em serviço			108.399			108.399
Depreciação - Ativos de direito de uso			20			20
Amortização			6.119			6.119
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					303	303
Arrendamentos e aluguéis			4			4
Outras		1.785	4.416	1.672		7.873
Total		160.567	142.447	3.851	303	307.168

21.1 Energia elétrica comprada para revenda

	2023	2022
Contratos de compra de energia por quantidade	21.1.1	25.360
Energia de curto prazo	21.1.2	34.623
Encargos de Serviço do Sistema - ESS	21.1.3	(8.032)
Outros	21.1.4	570
(-) Ressarcimentos CCEE		137
(-) Créditos de PIS/COFINS		(6.283)
Total		61.641

21.1.1 Contratos de compra de energia por quantidade

A variação no exercício de 2023 deve-se, substancialmente, à redução do volume de compra de energia necessário para atender a estratégia de evitar uma exposição financeira negativa na CCEE, quando comparado ao ano de 2022, que foi um ano em que ocorreram condições hidrológicas ligeiramente mais adversas e preços de mercado levemente mais altos.

21.1.2 Energia de curto prazo

A variação no exercício refere-se, principalmente à redução de energia gerada pela usina no período em questão. Durante o ano de 2023, a usina gerou cerca de 280MWh em contrapartida ao mesmo período de 2022 em que a usina gerou cerca de 370MWh. O impacto foi atenuado pela melhoria do GSF médio para o ano de 2023 (89,8%) frente a um valor menor (92%) no mesmo período do ano de 2022, porém o impacto da redução de geração foi maior, ocasionando assim, no aumento de despesa de curto prazo.

21.1.3 Encargos de Serviço do Sistema - ESS

A variação no exercício refere-se, substancialmente, ao ressarcimento de custos em 2022, com materiais, equipamentos, impostos e serviços incorridos com a implantação do Serviço Ancilar de Sistema Especial de Proteção - SEP na Companhia, conforme despacho nº 2.040/22.

21.1.4 Outros

A variação no exercício, refere-se, a despesas do prêmio de risco hidrológico e ajustes judiciais das operações junto ao CCEE em 2023.

21.2 Pessoal e Administradores

	2023	2022
Pessoal		
Remuneração	5.843	4.737
Encargos	1.884	1.554
Programa de demissão voluntária		4
Despesas rescisórias	319	445
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	788	939
Outros benefícios - Corrente	2.765	1.576
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	3	2
(-) Créditos de tributos recuperáveis	(632)	
Outros	117	83
Total	11.097	9.239

21.3 Serviços de terceiros

	2023	2022
Serviços de consultoria		940
Serviços de manutenção	21.3.1	5.211
Serviços de limpeza e vigilância		3.704
Serviços ambientais		3
Serviços de informática		977
Serviços de publicação e publicidade		125
Serviços de telecomunicações		374
Serviços de transporte		456
(-) Crédito de PIS/COFINS	(6.488)	(536)
Outros	3.280	2.680
Total	20.408	13.934

21.3.1 Serviços de manutenção

A variação no exercício de 2023 refere-se a gastos com a realização da parada programada nas unidades geradoras.

22 Resultado financeiro

	Nota	2023	2022
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções	4	34.829	26.936
Energia vendida		599	1.133
Outros juros e variações monetárias		2.278	2.036
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(1.810)	(1.413)
Outras receitas financeiras		105	116
Despesas financeiras		36.001	28.808
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	16.2	(156.649)	(150.837)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	15.2	(38.101)	(43.628)
Uso do bem público	18.1.1	(505)	(601)
Outros juros e variações monetárias		(6.602)	(7.034)
Outras despesas financeiras	18.2	(1.428)	(2.294)
		(780)	(1.559)
Total		(204.065)	(205.953)
		(168.064)	(177.145)

23 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	2023	2022
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro	(43.537)	(66.148)
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	14.803	22.490
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(67)	(52)
Resultado de IRPJ e CSLL	14.736	22.438
Alíquota efetiva	34%	34%

24 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antídiluído sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2023	2022
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(28.801)	(43.710)
Média ponderada do número de ações ordinárias (mil)	2.409.975	2.409.975
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	(0,01195)	(0,01814)

25 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratuais comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

25.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

25.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
No reconhecimento inicial ou subsequentemente					
Caixa e equivalentes de caixa					
Aplicações financeiras	4	Nível 2	200.913	117.738	200.913
			200.913	117.738	200.913
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa					
Bancos conta movimento	4	Nível 2	5.186	1.658	5.186
Títulos e valores mobiliários	5	Nível 2		50.262	50.262
Concessionárias	6	Nível 2	62.378	52.429	62.378

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	31/12/2023						31/12/2022	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP	Total	Total
Passivos financeiros								
Fornecedores	25.017	12.626	90				37.733	30.142
Debêntures			23.427	191.065	80.586		295.078	292.785
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	4.682	14.233	57.458	360.959	1.149.341		1.586.673	1.619.699
Uso do bem público	414	829	3.729	15.395	109.017	(68.557)	60.827	58.972
Arendamentos e aluguéis	2	2	10				14	37
Licenças Ambientais	881	1.467	2.237	4.554		(560)	8.579	30.983
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				113			113	103
	30.996	29.157	86.951	572.086	1.338.944	(69.117)	1.989.017	2.032.721

25.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento e debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 15 e 16. Até a emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Em 31 de dezembro de 2023, o *covenant* de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD maior ou igual a 1,20 referente aos contratos de financiamento, descrito na nota 15.1, foi atendido, considerando a apuração com base nos 12 meses encerrados em 31 de dezembro de 2022, conforme contratos de financiamento. Assim como o referido ICSD, a Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e as mesmas encontram-se em conformidade nos respectivos contratos.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 27.2) por suas rubricas de Empréstimos e financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

25.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, têm provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio mensal médio de R\$1.407.

25.2.4 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar impactos negativos significativos ao meio ambiente. Tendo isso em vista, a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil, em seus diversos segmentos de atuação, trabalha com respeito ao meio ambiente e estabelece compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental, visando prevenir, mitigar e, quando necessário, recuperar e compensar os impactos de suas operações.

Essa conduta é norteada: (i) pela legislação vigente, que impõe aquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados; e (ii) pela Política de Meio Ambiente da controladora em conjunto, que é aplicável a todas as suas unidades de negócio e que reforça a obrigatoriedade de atendimento aos requisitos legais aplicáveis, além do compromisso com a gestão dos riscos ambientais, disseminação do conhecimento sobre o uso eficiente dos recursos naturais e contribuição com as melhores práticas na cadeia de valor.

25.2.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• **Concessionárias**

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• **Caixa, Equivalentes de caixa e Cauções**

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação do risco financeiro são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o *rating* total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro 2022, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

25.2.6 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, Agência Nacional de Águas - ANA e Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados - AGER-MT) e demais órgãos relacionados ao setor (Ministério de Minas e Energia - MME, CCEE, ONS, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

25.2.7 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

	31/12/2023	31/12/22
Total dos empréstimos e debêntures	1.881.751	1.912.484
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(206.099)	(119.396)
(-) Títulos e valores mobiliários		(50.262)
(-) Cauções	(95.420)	(116.983)
Dívida líquida	1.580.232	1.625.843
Total do Patrimônio Líquido	1.738.541	1.767.342
Total do capital	3.318.773	3.393.185
Índice de alavancagem financeira - %	47,61%	47,91%

26 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

26.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o prejuízo:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

	Silvio Alexandre Scucuglia da Silva Presidente	
Liyl Zhang Conselheiro	Evandro Leite Vasconcelos Conselheiro	Henrique Manoel Marques Faria Lima Freire Conselheiro
Maria Clara Fonseca de Oliveira Lima Maia e Castro Conselheira	Rodrigo Junqueira Calixto Conselheiro	Luiz Otavio Assis Henriques Conselheiro
		Pedro Eduardo Fernandes Brito Conselheiro
		Flávio César Guimarães Ávila Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Felipe Ha Jong Kim Conselheiro	Fernando Fleischer Ferrari Conselheiro	Luiz Eduardo Marques Moreira Conselheiro
--	--	--

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otavio Assis Henriques Diretor-Presidente	Sérgio Ricardo de Marcon Fonseca Diretor	Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho Diretor
--	--	---

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos (Corporativo)	Carla Renata Baptião Contadora - CRC 1SP328362/O-5 "S" RJ
--	---

PARECER CONSELHO FISCAL

Considerando as explanações realizadas, os membros do Conselho Fiscal examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, e no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o Relatório dos Auditores Independentes Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes Ltda. definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, emitiram parecer favorável tendo em vista, que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia e, assim, consideram que tais peças podem ser submetidas aos Senhores Acionistas para aprovação em Assembleia Geral Ordinária.

Felipe Há Jong Kim Conselheiro Efetivo	São Paulo, 28 de fevereiro de 2024. Luiz Eduardo Marques Moreira Conselheiro Efetivo	Fernando Fleischer Ferrari Conselheiro Efetivo
--	---	--

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Empresa de Energia São Manoel S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Energia São Manoel S.A. («Companhia»), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros (Notas 11 e 13)	<p>Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, o entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração das projeções dos fluxos de caixa utilizados nos testes de recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis (teste de <i>impairment</i>), bem como a aprovação pelos Órgãos de Governança da Companhia.</p> <p>Também efetuamos análise da razoabilidade das principais premissas e testes matemáticos sobre os estudos de recuperabilidade dos ativos imobilizado e intangíveis, e revisamos a análise de sensibilidade das projeções, considerando diferentes intervalos e cenários.</p> <p>Discutimos com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados e analisamos a adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.</p> <p>Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que as premissas utilizadas nos cálculos efetuados pela administração em seu teste de <i>impairment</i>, assim como as divulgações, são consistentes com as evidências de auditoria obtidas.</p>
Realização de créditos tributários diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 8)	<p>Nossa abordagem de auditoria considerou, dentre outros, o entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração das projeções dos fluxos de caixa utilizadas nas projeções dos lucros tributáveis futuros, bem como as aprovações pelos Órgãos de Governança da Companhia.</p> <p>Também analisamos as principais premissas e testamos os estudos de realização dos tributos diferidos ativos, reconhecidos nas demonstrações financeiras, preparados pela administração</p> <p>Discutimos com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados em notas explicativas e analisamos a adequação das divulgações apresentadas.</p> <p>Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia, os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração, assim como as divulgações, são consistentes com dados e informações obtidas.</p>
A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2023, saldo de imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos por prejuízos fiscais de Imposto de Renda, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R\$ 345.424 mil. Esses valores são registrados na medida em que a administração considera que as operações da Companhia gerarão lucros tributáveis futuros suficientes para a utilização desses créditos.	<p>A administração realiza projeção dos lucros tributáveis futuros, a qual requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras variáveis.</p> <p>Por esse motivo e também pela magnitude dos valores em relação à posição patrimonial da Companhia, consideramos este assunto como um Principal Assunto de Auditoria.</p>



	2023						
	Nota	Saldo em 31/12/2022	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ Baixas	Saldo em 31/12/2023
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento							
Cauções e depósitos vinculados	9	116.983	(32.336)	10.773			95.420
		116.983	(32.336)	10.773			95.420
Aumento (diminuição) de passivos de financiamento							
Debêntures	15	292.785	(35.808)	12.939		25.162	295.078
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	1.619.699	(189.675)	17.345		139.304	1.586.673
Arendamentos e aluguéis		37	(26)		3	14	37
		1.912.521	(225.509)	30.284	3	164.466	1.881.765
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		1.795.538	(193.173)	19.511	3	164.466	1.786.345

	2022					
	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições	Saldo em 31/12/2022
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento						
Cauções e depósitos vinculados	113.795	(8.189)	11.377			116.983
	113.795	(8.189)	11.377			116.983
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Debêntures	311.338	(62.181)	18.433		25.195	292.785
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	1.559.568	(90.706)	10.430		140.407	1.619.699
Arendamentos e aluguéis	75	(43)		5	37	37
	1.870.981	(152.930)	28.863	5	165.602	1.912.538
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)	1.757.186	(144.741)	17.486	5	165.602	1.795.538

26.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Durante o exercício de 2023, não houve atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa. Para o exercício de 2022, houve o valor de R\$325 relacionado à provisão para custos com licença ambiental no imobilizado e intangível.

27 Compromissos contratuais e Garantias

27.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa de 7% a.a. que representa a taxa de captação de recursos de longo prazo para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

	31/12/2023					31/12/2022
	2024	2025 e 2026	2027 e 2028	A partir de 2029	Total geral	Total geral
Obrigações de compra						
Encargos de conexão e Transporte de Energia	74				74	-
Materiais e serviços	51.174	45.790	2.223	444	99.631	90.577
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	175.569	285.370	219.236	394.855	1.075.030	1.113.360
	226.817	331.160	221.459	395.299	1.714.735	1.203.937

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2023, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2023					31/12/2022
	2024	2025 e 2026	2027 e 2028	A partir de 2029	Total geral	Total geral
Obrigações de compra						
Encargos de conexão e Transporte de Energia	72				72	-
Materiais e serviços	49.626	49.147	2.675	666	102.114	91.158
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	167.879	310.884	274.832	664.943	1.418.538	1.708.463
	217.577	360.031	277.507	665.609	1.520.724	1.799.621

27.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	Modalidade	Limite máximo garantido	
		31/12/2023	31/12/2022
Compra de energia	Fiança Bancária	823	
Executante construtor	Fiança Bancária		823
		823	823

Os valores em garantia de Debêntures (Nota 15), Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 16) e Provisões (Nota 18.1.2) , estão demonstrados em suas respectivas notas.

28 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeira e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	36.516		36.516	
Usinas	3.057.360	1.000.000	3.057.360	1.000.000
Prédios e conteúdos (próp				